

Bancos estaduais rolarão dívidas

27 DEZ 1983

O Conselho Monetário Nacional deverá aprovar, ainda nesta semana, um esquema de rolagem para a dívida contraída pelos bancos estaduais junto ao Banco Central, já em Cr\$ 417 bilhões. Os bancos terão quatro anos para pagar, com prazo de carência entre um e dois anos e juros aproximados aos de mercado.

O esquema foi montado pela Comissão Interministerial para Acompanhamento e Execução dos Orçamentos Públicos (Comor) e prevê, no entanto, uma contrapartida: o Banco Central exigirá dos bancos medidas administrativas rigorosas, como relata o repórter Severino Góes, de Brasília.

Em Porto Alegre, o presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Assis Anhaia de Souza, atribuiu à "própria liberalidade do poder" o desequilíbrio orçamentário que vem desde 1967, lembrando ao repórter Milton Wells que os governos gaúchos sempre recorreram a operações de

crédito para atender a seu fluxo de caixa.

Souza lamenta que o plano de saneamento dos bancos estaduais não tenha sido aprovado há mais tempo e garante que, se os pleitos encaminhados ao Banco Central tivessem sido atendidos, "há muito o Banrisul já teria recuperado sua lucratividade".

"Há pedidos para desdolarizar dívidas de empresas, contraídas antes da Resolução nº 63. Mais ainda: um total de Cr\$ 45 bilhões para permitir a recuperação da lucratividade", em face dos altos índices de inadimplência de pessoas físicas e jurídicas, segundo ele.

O programa de austeridade não preocupa o secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, economista César Maia, pela simples razão de que o governo fluminense "já vem realizando um programa austero". Mais preocupado ele se mostra com o fato de ainda não ter sido fixado claramente o nível de endividamento dos estados pa-

ra 1984, como conta, do Rio, o repórter Riomar Trindade.

Maia sugere um esquema mais flexível para contornar a intenção do Banco Central de restringir as operações de empréstimo dos bancos estaduais aos governos de seus próprios estados: basta que o Banco Central considere como adiantamento de receitas dos governos pelos bancos estaduais apenas o saldo final de cada mês.

Se fosse criada uma espécie de conta corrente em que só o saldo final fosse incorporado para efeito das exigências que ocorrem quando a conta Tesouro fica negativa, ele acredita que seria possível evitar que "posições eventualmente descobertas viessem a onerar os bancos estaduais, em função das exigibilidades do BC". O esquema beneficiaria os estados cuja parcela maior de receita se concentra no começo do mês, com concentração de despesas em final de mês.

(Ver página 11)